

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	22
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	25
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Relatório da Administração	27
----------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião	58
---------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62
--------------------------------------------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	12.006
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>12.006</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	6.162	30.191	51.589
1.01	Ativo Circulante	2.836	6.366	22.872
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3	59	62
1.01.01.01	Caixa e Banco	3	59	62
1.01.03	Contas a Receber	113	69	550
1.01.03.01	Clientes	2	36	550
1.01.03.01.01	Clientes	2	36	550
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	111	33	0
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	111	33	0
1.01.04	Estoques	2.369	5.422	9.214
1.01.04.01	Estoques	2.369	5.422	9.214
1.01.06	Tributos a Recuperar	183	183	198
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	183	183	198
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	183	183	198
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	92	533
1.01.07.01	Despesas Exercício Seguinte	0	92	533
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	168	541	12.315
1.01.08.03	Outros	168	541	12.315
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	0	0	10
1.01.08.03.02	Adiantamento a Fornecedores	28	401	10.032
1.01.08.03.03	Alienação de Bens do Imobilizado	140	140	2.273
1.02	Ativo Não Circulante	3.326	23.825	28.717
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.945	4.171	5.289
1.02.01.04	Contas a Receber	54	64	58
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	54	64	58
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	10	1.336
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.891	4.097	3.895
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.773	1.974	1.722
1.02.01.10.04	Depositos Judiciais	117	323	373

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1.02.01.10.05	Alienação de Bens do Imobilizado	1	1.800	1.800
1.02.02	Investimentos	1	17.593	17.584
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	1
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	17.592	17.583
1.02.02.02.01	Propriedades para Investimento	0	17.592	17.583
1.02.03	Imobilizado	1.342	2.020	5.799
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.342	2.020	5.799
1.02.03.01.01	Imobilizado	1.342	2.020	5.799
1.02.04	Intangível	38	41	45
1.02.04.01	Intangíveis	38	41	45
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	38	41	45

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	6.162	30.191	51.589
2.01	Passivo Circulante	50.932	48.906	49.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.817	4.475	1.830
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.974	0	0
2.01.01.01.02	Obrigações Trabalhistas RJ	4.974	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	843	4.475	1.830
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais Parcelamento	0	2.835	1.830
2.01.01.02.02	Obrigações Trabalhistas	843	1.640	0
2.01.02	Fornecedores	3.696	6.060	15.128
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.696	6.060	15.128
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.200	6.060	15.128
2.01.02.01.02	Fornecedores RJ	2.496	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.358	786	549
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.113	514	549
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	549
2.01.03.01.03	Contribuição Social Rural	14	7	0
2.01.03.01.04	Cofins de Terceiros	3	1	0
2.01.03.01.05	Pis de Terceiros	3	1	0
2.01.03.01.06	IRRF	95	56	0
2.01.03.01.07	CSLL de Terceiros	2	1	0
2.01.03.01.08	Cofins a Pagar	638	385	0
2.01.03.01.09	Pis a Pagar	104	63	0
2.01.03.01.10	Provisao Multa e Juros	254	0	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	28	47	0
2.01.03.02.01	Impostos Estaduais	13	2	0
2.01.03.02.02	Outros	15	45	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	217	225	0
2.01.03.03.01	Impostos Municipais	63	1	0
2.01.03.03.20	Obrigações Tributarias Parcelamento	154	224	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.425	4.729	4.754
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.241	4.729	4.754
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.241	4.729	4.754
2.01.04.02	Debêntures	5.184	0	0
2.01.04.02.01	Empréstimos e Financiamento RJ	4.643	0	0
2.01.04.02.02	Empréstimos e Financiamentos PESA	541	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	33.636	32.856	27.705
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	30.704	23.565
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	30.704	23.565
2.01.05.02	Outros	33.636	2.152	4.140
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	64	2	57
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.122	2.150	4.083
2.01.05.02.06	Outras Obrigações RJ	410	0	0
2.01.05.02.07	Debitos com Partes Relacionadas	28.046	0	0
2.01.05.02.08	Debitos com Partes Relacionadas RJ	2.994	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	23.794	43.018	43.304
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.671	17.841	15.920
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	17.841	15.920
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	17.841	15.920
2.02.01.02	Debêntures	6.671	0	0
2.02.01.02.01	Empréstimos e Financiamentos RJ	6.671	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	565	10.186	11.597
2.02.02.02	Outros	565	10.186	11.597
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	0	8.474	11.597
2.02.02.02.04	Parcelamento de Salários e encargos sociais	0	895	0
2.02.02.02.05	Parcelamento de Impostos e Encargos	565	817	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	3.484	3.489
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.484	3.489
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos sobre Reavaliação	0	3.484	3.489

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.02.04	Provisões	16.558	11.507	12.298
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.558	11.507	12.298
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	1.369	1.189	986
2.02.04.01.07	Provisão Preço Mínimo Ações	8.037	3.152	3.152
2.02.04.01.08	Outros Débitos	4.000	4.000	8.115
2.02.04.01.09	Provisão para perdas em investimentos	3.152	3.166	45
2.03	Patrimônio Líquido	-68.564	-61.733	-41.681
2.03.01	Capital Social Realizado	142.813	142.652	142.652
2.03.01.01	Capital Social Realizado	142.813	142.652	142.652
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	6.513	6.507
2.03.03.01	Ativos Próprios	0	6.513	6.507
2.03.04	Reservas de Lucros	0	35	35
2.03.04.01	Reserva Legal	0	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-211.377	-210.933	-190.875

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.192	32.725	35.866
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.075	-33.399	-37.926
3.03	Resultado Bruto	-883	-674	-2.060
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.885	-19.001	-13.827
3.04.01	Despesas com Vendas	-454	-1.703	-1.420
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.610	-5.658	-4.289
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	52	-8.293	6
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-227	-2.669
3.04.05.02	Outras Despesas	0	-227	-2.669
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.873	-3.120	-5.455
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.768	-19.675	-15.887
3.06	Resultado Financeiro	-220	-382	-2.514
3.06.01	Receitas Financeiras	6.452	6.042	4.067
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.672	-6.424	-6.581
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.988	-20.057	-18.401
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.483	6	33
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.505	-20.051	-18.368
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.505	-20.051	-18.368
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,62510	1,67910	1,53000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	0,00000	-1,53000



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.505	-20.051	-18.368
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.505	-20.051	-18.368

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.094	1.412	-5.827
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.404	-12.969	-11.146
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-7.505	-20.051	-18.368
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	228	549	802
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanente	0	3.413	965
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	4.873	3.120	5.455
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	19.498	14.381	5.319
6.01.02.01	Redução em Clientes	34	514	963
6.01.02.02	Aumento nos Estoques	3.053	3.792	5.289
6.01.02.03	Aumento nos Adiantamentos a Fornecedores	373	9.631	-8.010
6.01.02.04	Redução Tributos a Recuperar	201	-237	1.953
6.01.02.05	Redução Dir. Realizáveis	1.731	2.104	4.408
6.01.02.06	Redução Despesas Antecipadas	102	1.767	370
6.01.02.07	Aumento em Fornecedores	-2.364	-9.068	7.596
6.01.02.08	Redução Outras Ctas Pagar e Provisões	2.053	5.833	-7.272
6.01.02.11	Aumento em Depósitos Judiciais	206	50	56
6.01.02.12	Aumento em Tributos Diferidos	-3.483	-5	-34
6.01.02.13	Redução(aumento)prop. p/ investimentos	17.592	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	450	-189	-347
6.02.01	Aplicações no Imobilizado	-304	-180	-305
6.02.02	Aplicações em Investimentos	0	-9	-42
6.02.04	Baixa de Bens do Imobilizado	754	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.600	-1.226	6.136
6.03.01	Aumento Empr. Financiamentos	-17.761	-1.226	-3.342
6.03.03	Aumento de Capital	161	0	9.478
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-56	-3	-38
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59	62	100
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3	59	62

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	142.652	6.507	35	-190.875	0	-41.681
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	142.652	6.507	35	-190.875	0	-41.681
5.04	Transações de Capital com os Sócios	161	6	0	-7	0	160
5.04.01	Aumentos de Capital	161	0	0	0	0	0
5.04.08	Reversao do IR e Cs s/ Reavaliação	0	6	0	-6	0	0
5.04.09	Realização de reserva de reavaliação	0	0	0	-1	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.051	0	-20.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.051	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.513	-35	-444	0	-6.992
5.06.04	Ajuste Exercício Anterior	0	0	0	513	0	513
5.06.05	Prejuízo do Período	0	0	0	-7.505	0	-7.505
5.06.06	Absorção de prejuízos	0	-6.513	-35	6.548	0	0
5.07	Saldos Finais	142.813	0	0	-211.377	0	-68.564

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	-39	0	39	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478
5.04.08	Realização de reserva de reavaliação	0	-39	0	39	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6	0	-20.057	0	-20.051
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-1	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	6	0	-6	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-20.050	0	-20.050
5.07	Saldos Finais	142.652	6.513	35	-210.932	0	-61.732

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	0	0	0	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	39	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-39	0	39	0	0
5.07	Saldos Finais	142.651	6.507	35	-190.874	0	-41.681

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.01	Receitas	1.263	25.474	37.216
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.211	33.767	37.210
7.01.02	Outras Receitas	52	-8.293	6
7.01.02.01	Receitas não Operacionais	52	-8.293	6
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.842	-21.989	-26.159
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	224	-17.606	-22.158
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.066	-4.276	-3.744
7.02.04	Outros	0	-107	-257
7.03	Valor Adicionado Bruto	-579	3.485	11.057
7.04	Retenções	-228	-549	-805
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-228	-549	-805
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-807	2.936	10.252
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.579	2.922	-2.771
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.873	-3.120	-6.838
7.06.02	Receitas Financeiras	6.452	6.042	4.067
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	772	5.858	7.481
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	772	5.858	7.481
7.08.01	Pessoal	4.499	17.172	17.834
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.524	12.711	13.417
7.08.01.02	Benefícios	463	1.619	1.942
7.08.01.03	F.G.T.S.	329	2.301	1.959
7.08.01.04	Outros	183	541	516
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.106	1.406	1.576
7.08.02.01	Federais	-3.146	1.150	1.417
7.08.02.02	Estaduais	20	21	45
7.08.02.03	Municipais	20	235	114
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.884	7.331	6.439
7.08.03.01	Juros	6.884	7.331	6.439
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.505	-20.051	-18.368

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.505	-20.051	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	36.137	64.655	92.735
1.01	Ativo Circulante	3.389	8.895	24.699
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26	67	65
1.01.01.01	Caixa e Bancos	26	67	65
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	300
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	300
1.01.02.01.03	Aplicações de Liquidez Imediata	0	0	300
1.01.03	Contas a Receber	133	1.624	720
1.01.03.01	Clientes	22	1.624	720
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	111	0	0
1.01.04	Estoques	2.392	5.445	9.876
1.01.04.01	Estoques	2.392	5.445	9.876
1.01.06	Tributos a Recuperar	503	509	376
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	503	509	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	167	321	988
1.01.07.01	Despesa do Exercício Seguinte	167	321	988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	168	929	12.374
1.01.08.03	Outros	168	929	12.374
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	0	32	10
1.01.08.03.02	Adiantamento a Fornecedores	28	487	10.091
1.01.08.03.03	Alienação de Bens do Imobilizado	140	410	2.273
1.02	Ativo Não Circulante	32.748	55.760	68.036
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.005	9.316	12.964
1.02.01.04	Contas a Receber	266	275	807
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	266	275	807
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	625	801	4.077
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.114	8.240	8.080
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	3.065	3.254	3.077
1.02.01.10.04	Depositos Judiciais	1.047	1.286	1.303



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1.02.01.10.05	Alienação de Bens do Imobilizado	2	3.700	3.700
1.02.02	Investimentos	0	17.592	17.583
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	17.592	17.583
1.02.03	Imobilizado	27.500	28.599	37.226
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.500	28.599	37.226
1.02.04	Intangível	243	253	263
1.02.04.01	Intangíveis	243	253	263

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	36.137	64.655	92.735
2.01	Passivo Circulante	65.724	63.904	22.414
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.937	4.536	1.855
2.01.01.01	Obrigações Sociais	852	0	0
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais	852	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.085	4.536	0
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais-Parcelamento	0	2.854	0
2.01.01.02.02	Obrigações Trabalhistas RJ	5.085	1.682	0
2.01.02	Fornecedores	3.703	4.973	5.538
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.703	4.973	5.538
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	933	0	0
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais RJ	2.770	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.449	2.454	1.909
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.200	2.177	1.909
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	1.909
2.01.03.01.03	Contribuição Social Rural	945	936	0
2.01.03.01.04	Cofins de Terceiros	2	1	0
2.01.03.01.05	Pis de Terceiros	2	1	0
2.01.03.01.06	CSLL de Terceiros	2	1	0
2.01.03.01.07	IRRF	95	58	0
2.01.03.01.08	Pis a Pagar	265	165	0
2.01.03.01.09	Cofins a Pagar	1.632	1.015	0
2.01.03.01.10	Provisao de Multas e Juros	257	0	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	27	8	0
2.01.03.02.01	Impostos Estaduais	14	2	0
2.01.03.02.02	Outros	13	6	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	222	269	0
2.01.03.03.01	Impostos Municipais	68	41	0
2.01.03.03.20	Obrigações Tributarias - Parcelamento	154	228	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.322	46.446	6.068
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.247	46.446	6.068
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.247	46.446	6.068
2.01.04.02	Debêntures	44.075	0	0
2.01.04.02.01	Empréstimos e Financiamentos RJ	43.131	0	0
2.01.04.02.02	Empréstimos e Financiamentos PESA	944	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	7.313	5.495	7.044
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.299	2.348	2.473
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.299	2.348	2.473
2.01.05.02	Outros	5.014	3.147	4.571
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	215	153	140
2.01.05.02.05	Outros Débitos	1.323	2.994	4.431
2.01.05.02.06	Outras Obrigações RJ	431	0	0
2.01.05.02.07	Partes Relacionadas RJ	3.045	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	38.977	62.484	112.002
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.608	17.841	52.701
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.608	17.841	52.701
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.608	17.841	52.701
2.02.02	Outras Obrigações	18.286	22.824	30.383
2.02.02.02	Outros	18.286	22.824	30.383
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	17.721	21.112	30.383
2.02.02.02.04	Parcelamento de Salários e encargos sociais	0	895	0
2.02.02.02.05	Parcelamento de Impostos e encargos	565	817	0
2.02.03	Tributos Diferidos	4.544	8.450	9.060
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	9.060
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos Sobre Reavaliação	0	0	9.060
2.02.04	Provisões	13.539	13.369	19.858
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.152	3.152	3.152
2.02.04.01.05	Provisões Preço mínimo das ações	3.152	3.152	3.152

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.02.04.02	Outras Provisões	10.387	10.217	16.706
2.02.04.02.04	Obrigações em Contingência	1.513	1.343	1.189
2.02.04.02.08	Outros Debitos	8.874	8.874	15.517
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-68.564	-61.733	-41.681
2.03.01	Capital Social Realizado	142.813	142.652	142.652
2.03.01.01	Capital Social Realizado	0	142.652	142.652
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	6.513	6.507
2.03.03.01	Ativos Próprios	0	6.513	6.507
2.03.04	Reservas de Lucros	0	35	35
2.03.04.01	Reserva Legal	0	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-211.377	-210.933	-190.875

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.216	44.730	45.510
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.810	-49.154	-48.701
3.03	Resultado Bruto	-3.594	-4.424	-3.191
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.785	-17.257	-9.495
3.04.01	Despesas com Vendas	-490	-1.753	-1.600
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.422	-6.368	-5.741
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.873	-8.909	515
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-227	-2.669
3.04.05.02	Outras Despesas	0	-227	-2.669
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.379	-21.681	-12.686
3.06	Resultado Financeiro	-30	1.020	-6.191
3.06.01	Receitas Financeiras	-15.599	12.989	10.350
3.06.02	Despesas Financeiras	15.569	-11.969	-16.541
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.409	-20.661	-18.877
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.904	610	509
3.08.02	Diferido	3.904	610	509
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.505	-20.051	-18.368
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.505	-20.051	-18.368
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.505	-20.051	-18.368
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,62510	1,67910	1,53000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	0,00000	-1,53000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.505	-20.051	-18.368
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-7.505	-20.051	-18.368
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.505	-20.051	-18.368

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.842	3.761	-8.992
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.913	-11.118	-12.661
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-7.505	-20.051	-18.368
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	592	3.548	4.006
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanete	0	5.385	1.701
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	25.755	14.879	3.669
6.01.02.01	Aumento em Clientes	1.602	-904	890
6.01.02.02	Redução nos Estoques	3.053	4.431	5.209
6.01.02.03	Aumento nos Adiantamentos a Fornecedores	459	9.604	-6.263
6.01.02.04	Aumento Tributos à Recuperar	195	-310	1.548
6.01.02.05	Aumento Dir. Realizáveis	3.898	2.373	10.742
6.01.02.06	Redução Despesas Antecipadas	330	3.943	1.134
6.01.02.07	Aumento Tributos Diferidos	-3.906	-610	-509
6.01.02.08	Redução em Fornecedores	-1.270	-565	-3.256
6.01.02.10	Aumento em Outras Contas a Pagar e Provisões	3.563	-3.100	-5.944
6.01.02.11	Redução em Depósitos Judiciais	239	17	118
6.01.02.12	Redução(aumento) prop. p/ investimentos	17.592	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	509	-306	-1.094
6.02.01	Aplicações no Imobilizado	930	-297	-1.436
6.02.02	Aplicações em Investimentos	-421	-9	342
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.392	-3.753	10.137
6.03.01	(Aumento/Redução) Empr. Financiamentos	-19.553	-3.753	659
6.03.02	Aumento Capital Social	161	0	9.478
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-41	-298	51
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	67	365	314
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26	67	365

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	142.652	6.507	35	-190.875	0	-41.681	0	-41.681
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	142.652	6.507	35	-190.875	0	-41.681	0	-41.681
5.04	Transações de Capital com os Sócios	161	6	0	-7	0	160	0	160
5.04.01	Aumentos de Capital	161	0	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Reversao do IR e CS s/ Reavaliação	0	6	0	-6	0	0	0	0
5.04.09	Realização de reserva de reavaliação	0	0	0	-1	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.051	0	-20.051	0	-20.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.051	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.513	-35	-444	0	-6.992	0	-6.992
5.06.04	Ajuste Exercício Anterior	0	0	0	513	0	513	0	513
5.06.05	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-7.505	0	-7.505	0	-7.505
5.06.06	Absorção de Prejuízos	0	-6.513	-35	6.548	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	142.813	0	0	-211.377	0	-68.564	0	-68.564



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	-39	0	39	0	9.478	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.04.08	Realização de reserva de reavaliação	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6	0	-20.057	0	-20.051	0	-20.051
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-1	0	-1	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	6	0	-6	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-20.050	0	-20.050	0	-20.050
5.07	Saldos Finais	142.652	6.513	35	-210.932	0	-61.732	0	-61.732

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	142.651	6.507	35	-190.874	0	-41.681	0	-41.681

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.01	Receitas	3.363	36.874	47.865
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.236	45.783	47.350
7.01.02	Outras Receitas	-1.873	-8.909	515
7.01.02.01	Receitas não Operacionais	0	0	515
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.594	-35.056	-35.165
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.403	-30.435	-30.377
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.186	-4.503	-4.046
7.02.04	Outros	-5	-118	-742
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.231	1.818	12.700
7.04	Retenções	-592	-3.548	-4.006
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-592	-3.548	-4.006
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.823	-1.730	8.694
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.569	12.989	10.350
7.06.02	Receitas Financeiras	15.569	12.989	10.350
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.746	11.259	19.044
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.746	11.259	19.044
7.08.01	Pessoal	4.527	17.344	18.188
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.531	12.810	13.573
7.08.01.02	Benefícios	463	1.621	1.946
7.08.01.03	F.G.T.S.	335	2.317	2.054
7.08.01.04	Outros	198	596	615
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.087	1.067	1.536
7.08.02.01	Federais	-3.128	716	1.360
7.08.02.02	Estaduais	21	22	56
7.08.02.03	Municipais	20	329	120
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.811	12.899	17.688
7.08.03.01	Juros	15.811	12.899	17.688
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.505	-20.051	-18.368
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.505	-20.051	-18.368

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2018

Senhores Acionistas,

Enviamos para o seu conhecimento as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Abaixo seguem comentários sobre itens que consideramos relevantes no desempenho da Companhia.

#### Mensagem da Diretoria

O ano de 2018 foi marcado por uma safra de frutas predominante pequenas, o que segundo especialistas decorreu do excesso de fruta gerado na safra anterior refletindo na pouca produtividade das macieiras no ano seguinte.

A comercialização no primeiro semestre iniciou-se a preços muito baixos tendo em vista a necessidade de caixa da grande maioria do setor que terminou 2017 descapitalizado, forçando a colocação das frutas rapidamente no mercado, pressionando assim os preços para baixo.

Os resultados extremamente ruins de 2017 colocaram a Companhia numa difícil situação de liquidez tendo que adotar medidas radicais para dar continuidade em suas operações, porém, em novos patamares de volume de produção de maçãs.

Foram devolvidos mais de 300 hectares de terras que estavam arrendadas à empresa por mais 7 anos, por absoluta impossibilidade financeira de continuar a cuidar dos pomares.

A receita líquida ao longo do ano de 2018 foi de R\$ 5,2 milhões, uma redução nominal de 88,33 %, em comparação com o ano de 2017 (R\$ 44,7 milhões). O preço médio praticado em 2018 foi de R\$ 1,64 por kg, quando em 2017 o preço médio praticado foi de R\$ 1,86 por kg, portanto uma redução superior a 11,7% nos preços em relação ao ano anterior.

Já o volume total comercializado neste período foi de 3,9 mil toneladas (contra 36,8 mil toneladas em 2017), o que representa variação percentual negativa de 89,4%. A variação negativa de preços ao longo do ano, por conta do excesso de oferta de fruta da safra, combinada com o aumento nominal dos custos acabou provocando geração de resultado operacional negativo da Companhia no ano.

O Prejuízo Líquido em 2018 foi de R\$7,5 milhões, frente a R\$ 20,0 milhões de Prejuízo Líquido em 2017 observando-se uma redução de 62,5 % no período.

Infelizmente a consequência de todos os pontos acima citados levaram a Companhia a uma situação de forte constrangimento financeiro, impossibilitando a continuidade de produção sobre diversas áreas de pomares, sendo praticamente forçada a devolver aproximadamente 300 hectares de pomares arrendados, com consequente dispensa de vários colaboradores.

Adicionalmente a tais medidas, conforme já informado nos ITR's anteriores, a Administração aprovou uma chamada de recursos, via aumento de capital social, conforme aprovado em RCA de 29 de novembro de 2017, mediante a emissão de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado, no valor máximo de R\$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais) mediante emissão, para subscrição privada, de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Aumento de Capital"). Encerrado o período de preferência, o exercício por parte dos acionistas foi irrelevante.

## Relatório da Administração

Sem outras opções para captação de novos recursos, o acúmulo de diversas obrigações pendentes e uma expectativa de produção muito inferior pela da redução da área de pomares, levaram à necessidade de recorrer à proteção da lei com o objetivo de preservação da atividade e, no dia 25 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com Pedido de Recuperação Judicial, que teve seu deferimento na mesma data.

A direção em conjunto com seus colaboradores vem desde então empreendendo todos os esforços no sentido de alcançar o reequilíbrio dos negócios aos novos patamares de produção.

Em relação ao Plano de Recuperação Judicial, por determinação judicial o foi agendada a abertura da Assembleia Geral de Credores para o dia 16 de abril de 2019 em primeira chamada e o dia de 7 de maio de 2019.

### Recursos Humanos

A Companhia iniciou o ano de 2018 com seu quadro de pessoal ajustado aos novos níveis esperado de produção, tanto no campo como no packing house em conformidade à nova estratégia de negócios

### Investimentos

Os investimentos no exercício de 2018 se destinaram exclusivamente a manutenção do parque industrial.

### Pesquisa e desenvolvimento

Não foram feitos investimentos no exercício de 2018.

### Proteção ao meio-ambiente

A Companhia desenvolve suas operações atendendo as exigências ambientais e legais tendo renovado sua certificação Global Gap, fundamental para credenciar a empresa como exportadora ao mercado europeu.

### Safra 2018/2019

Em relação à safra 2018 e 2019, e diante de uma nova dinâmica na condução dos pomares, os resultados preliminares de produção no campo apontam para uma safra de melhores condições da fruta tanto em qualidade quanto em calibre médio.

A comercialização da safra 2018 e 2019 teve início no final do mês de janeiro de 2019.

A forte descapitalização da grande maioria do setor já se fez refletir no início da comercialização, com oferta de preços baixos, por conta da necessidade em se recompor fluxo de caixa para fazer frente aos compromissos de uma maneira geral.

A Companhia espera comercializar ao longo do ano de 2019, aproximadamente 4 mil toneladas.

Gostaríamos de manifestar o reconhecimento a nossos funcionários por sua dedicação e comprometimento bem como a nossos fornecedores, pelo apoio com que temos sido distinguidos.

Atualmente, os órgãos de administração da Companhia têm a seguinte composição:

### Diretoria

Marcos Kassardjian – CEO e Diretor de Relação com Investidores

Edgar Rafael Safdie – Diretor

## **Relatório da Administração**

### Conselho de Administração

Edgar Rafael Safdie - Presidente

Doris Beatriz França Wilhelm

Gelmir Antonio Bahr

Rogério Pereira de Oliveira

## Notas Explicativas

### POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

##### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) (“Companhia”), localizada em Fraiburgo – SC foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das informações financeiras consolidadas, foram utilizadas informações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

##### *Recuperação judicial*

Em 25 de janeiro de 2018, por meio do processo de nº 0300188-72.2018.8.24.0024 a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial junto à 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC), cujo processamento foi deferido pelo juízo recuperacional no mesmo dia.

Em 25 de janeiro de 2018, houve a nomeação do administrador judicial responsável pela Recuperação Judicial da Companhia, tendo sido assinado o termo de compromisso em 1º de fevereiro de 2018.

Em 2 de maio de 2018 a Companhia entregou seu plano de recuperação judicial, que se encontra em análise pelo Administrador Judicial, para posterior submissão aos credores da Companhia.

## Notas Explicativas

### 2. CONTROLADA

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas informações financeiras encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

#### *Aprovação das demonstrações financeiras*

A emissão das informações financeiras intermediárias e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2019.

#### 3.2. RECLASSIFICAÇÕES DE DÉBITOS VINCULADOS AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 25 de janeiro de 2018, a Companhia obteve aprovação de seu pedido de recuperação judicial junto à 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC). Mediante referida aprovação (ainda não homologada em assembleia de credores), e com base na lista de credores apresentada ao Administrador da Recuperação Judicial em 2 de maio de 2018, a Companhia realizou, a partir do 1º trimestre de 2018 a reclassificação dos débitos inclusos no referido plano, com o intuito de apresentá-los de forma segregada dos demais passivos da Companhia e de sua Controlada. Contudo, enquanto aguarda os desfechos deste processo, a Companhia não reconheceu nenhum efeito contábil de redução de seus passivos, bem como reflexos em sua demonstração de resultado, que eventualmente venham a ocorrer em caso de aprovação de seu pedido de Recuperação Judicial.

#### 3.3. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.



## Notas Explicativas

### 3.4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

## 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

### 4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

#### Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### 4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

## Notas Explicativas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

### 4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado e Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

#### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

#### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

## Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (exceto aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

#### b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

#### c. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando incorridos, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

#### d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

### 4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

### 4.5. ESTOQUES

## Notas Explicativas

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

### 4.6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Até o 3º trimestre de 2018, a Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a baixa integral de referida reserva.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

### 4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

#### a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

## Notas Explicativas

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

### 4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### 4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

### 4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

## Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

### 4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

### 4.14. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### 4.15. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Caixa	2	-	3	-
Banco conta movimento	1	59	23	67
	<u>3</u>	<u>59</u>	<u>26</u>	<u>67</u>

**6. CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Duplicatas a receber	471	482	1.060	2.259
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(469)	(446)	(1.038)	(635)
	<u>2</u>	<u>36</u>	<u>22</u>	<u>1.624</u>

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
A vencer	-	18	4	1.004
Vencidas				
Até 30 dias	-	17	3	466
31 a 60 dias	1	-	4	153
61 a 90 dias	2	1	5	1
91 a 180 dias	2	75	11	64
a mais de 180 dias	466	371	1.033	571
	<u>471</u>	<u>482</u>	<u>1.060</u>	<u>2.259</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/dez/17	31/12/2018	31/dez/17
Saldo inicial	(485)	(484)	(1.174)	(665)
Adições	(140)	(71)	(685)	(87)
Recuperações	156	109	821	117
	<u>(469)</u>	<u>(446)</u>	<u>(1.038)</u>	<u>(635)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

## Notas Explicativas

### 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Produtos em formação (safra da maçã)	1.620	4.375	1.620	4.375
Material consumo e reposição	749	1.047	772	1.070
	<u>2.369</u>	<u>5.422</u>	<u>2.392</u>	<u>5.445</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

### 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<b>Circulante</b>				
Cofins	-	-	238	201
IRPJ	133	133	148	147
PIS	-	-	58	47
CSLL	47	47	56	56
IRRF sobre aplicação financeira	-	-	-	41
Contribuição social sobre lucro	3	3	3	17
	<u>183</u>	<u>183</u>	<u>503</u>	<u>509</u>
<b>Não Circulante</b>				
Cofins	1.987	2.170	3.620	3.794
Pis	583	650	897	961
(-) Provisão de glosas	(797)	(846)	(1.452)	(1.501)
	<u>1.773</u>	<u>1.974</u>	<u>3.065</u>	<u>3.254</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

### 9. ADIANTAMENTOS



**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Adiantamento a fornecedores	3.690	5.193	3.761	5.278
Adiantamento de férias	2	8	2	8
Adiantamento a funcionários	12	30	12	31
Provisão para perdas	(3.676)	(4.830)	(3.747)	(4.830)
	<u>28</u>	<u>401</u>	<u>28</u>	<u>487</u>

**10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Circulante				
Área de 1.234.200,00 m <sup>2</sup> (i)	-	-	-	270
Área de 2.304.100,00 m <sup>2</sup>	140	140	140	140
	<u>140</u>	<u>140</u>	<u>140</u>	<u>410</u>
Não Circulante				
Área de 2.172.52,00 m <sup>2</sup>	-	-	-	1.900
Área de 4.183.669,38 m <sup>2</sup>	1.800	1.800	3.700	1.800
Provisão para perdas	(1.799)	-	(3.698)	-
	<u>1</u>	<u>1.800</u>	<u>2</u>	<u>3.700</u>

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados à lavratura das escrituras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia revisou a expectativa de realização desses ativos e optou por constituir provisão para perdas nos montantes de R\$1.799 na controladora e R\$3.698 no consolidado, uma vez que, esses ativos estão vinculados a credores da Companhia que foram inclusos em seu plano de recuperação judicial. Assim, a possibilidade de realização de tais ativos por eventual encontro de contas com os passivos devidos a esses credores passou a ser remota.

## Notas Explicativas

### 11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<b>Circulante</b>				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	-	167	167
Outros custos a apropriar	-	92	-	154
	<u>-</u>	<u>92</u>	<u>167</u>	<u>321</u>
<b>Não Circulante</b>				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	-	625	791
Outros custos a apropriar	-	10	-	10
	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>625</u>	<u>801</u>

Nessas rubricas são registradas, substancialmente, as despesas antecipadas de arrendamentos de pomares, pagos antecipadamente pela Companhia, que são apropriadas ao resultado do exercício de acordo com seu correto período de competência.

### 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Contribuição Social Rural	-	-	930	929
Depósitos Judiciais CVM	117	117	117	118
Depósitos Judiciais Badesc	-	132	-	165
Depósitos para demanda trabalhista	-	74	-	74
	<u>117</u>	<u>323</u>	<u>1.047</u>	<u>1.286</u>

#### *Contribuição social rural*

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

#### *Depósitos judiciais – CVM*

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

#### *Depósito judicial BADESC*

## Notas Explicativas

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato. Em virtude da liquidação integral do programa PESA ocorrida em 2018, referido depósito foi realizado.

### 13. PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$8.037 (R\$3.166 em 2017) registrado na controladora na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$4.873 (R\$3.120 em dezembro de 2017).

### 14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	-	17.592	-	17.592
	<u>-</u>	<u>17.592</u>	<u>-</u>	<u>17.592</u>

Em 28 de setembro de 2018, através de Instrumento de Declaração firmado em cartório, a Companhia efetuou transferência definitiva da propriedade do imóvel ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – (BRDE) que por sua vez deu encaminhamento aos tramites legais e burocráticos para a consolidação das matrículas em seu nome. Dessa forma, o saldo contábil desta rubrica foi baixado contra a rubrica empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 17).

### 15. IMOBILIZADO

Controladora

**Notas Explicativas**

	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>1.621</b>	<b>304</b>	<b>(381)</b>	<b>(228)</b>	<b>1.316</b>
Edificações	7	-	(7)	-	-
Benfeitorias	357	-	-	(54)	303
Máquinas e Equipamentos	1.134	304	(327)	(153)	958
Veículos e Tratores	56	-	(46)	-	10
Móveis e Utensílios	67	-	(1)	(21)	45
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>
Vestiário/Banheiros Vacaria	25	-	-	-	25
<b>Reavaliações</b>	<b>374</b>	<b>-</b>	<b>(373)</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Terrenos	372	-	(372)	-	-
Edificações e Benfeitorias	1	-	(1)	-	-
Culturas Permanentes	1	-	-	-	1
	<u>2.020</u>	<u>304</u>	<u>(754)</u>	<u>(228)</u>	<u>1.342</u>

Consolidado

**Notas Explicativas**

	<b>Saldo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>
	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>11.809</b>	<b>421</b>	<b>(529)</b>	<b>(308)</b>	<b>11.393</b>
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	6.538	-	(42)	(63)	6.433
Benfeitorias	802	-	-	(20)	782
Culturas Permanentes	392	-	-	(55)	337
Maquinas e Equipamentos	3.857	421	(440)	(141)	3.697
Veículos e Tratores	71	-	(46)	(4)	21
Móveis e Utensílios	85	-	(1)	(25)	59
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>
Vestibário/Banheiros Vacaria	25	-	-	-	25
<b>Imobilizações em andamento</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>114</b>
Florestas em formação	114	-	-	-	114
<b>Reavaliações</b>	<b>374</b>	<b>-</b>	<b>(373)</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Terrenos	372	-	(372)	-	-
Edificações e Benfeitorias	1	-	(1)	-	-
Culturas Permanentes	1	-	-	-	1
<b>Ajuste Patrimonial</b>	<b>16.276</b>	<b>-</b>	<b>(28)</b>	<b>(281)</b>	<b>15.967</b>
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.650	-	(19)	(20)	1.611
Benfeitorias	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	3.842	-	(1)	(143)	3.698
Câmaras Frigoríficas	10.143	-	-	(106)	10.037
Veículos e Tratores	66	-	(8)	(10)	48
Móveis e Utensílios	7	-	-	(2)	5
	<b>28.599</b>	<b>421</b>	<b>(930)</b>	<b>(589)</b>	<b>27.500</b>

Em 2018, mediante autorização prévia do juízo responsável pelo processo de recuperação judicial da Companhia, foram alienados alguns ativos operacionais da Companhia como forma de reequilíbrio de caixa, assim como para adequar suas ativos à atual capacidade operacional da Companhia.

**16. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	555	1.600	-	-
Fornecedores matriz	644	4.333	929	4.789
Fornecedores RJ	2.496	-	2.770	-
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	-	-	4	4
Provisão para juros sobre títulos em atraso	-	127	-	180
	<b>3.696</b>	<b>6.060</b>	<b>3.703</b>	<b>4.973</b>

*Parceria rural com a controlada*

## Notas Explicativas

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objetos do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, com prazo de duração indeterminado.

### 17. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições Financeiras	Taxa anual contrato	Controladora		Consolidado	
		31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<b>Circulante</b>					
BRDE - Renegociação RJ	TR	484	-	38.973	38.918
Duplicatas Descontadas/ Sifra	Mercado	-	-	-	906
Saldo Bancario Devedora	NT	2	-	8	72
Fidc Empirica SIFRA	Mercado	-	2.038	-	2.038
Fundo AFARE		1.200	-	1.200	-
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	-	31	-	30
B. Daycoval S/A	CDI	2	2.121	2	2.121
B. Daycoval S/A	CDI	37	32	37	32
Fidc Empirica SIFRA RJ		2.038		2.038	
B.Daycoval S/A		2.121		2.121	
		<u>5.884</u>	<u>4.294</u>	<u>44.378</u>	<u>44.117</u>
<b>Não Circulante</b>					
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	-	29	-	29
Fidc Empirica SIFRA	Mercado	-	2.038	-	-
BRDE - Renegociação	TR	-	-	2.608	-
	TJLP + juros		17.812	-	17.812
		<u>-</u>	<u>17.841</u>	<u>2.608</u>	<u>17.841</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, a Companhia concluiu no 3º trimestre de 2018 a dação em pagamento das matrículas alienadas fiduciariamente ao BRDE, o que resultou na baixa integral da conta "Propriedade para Investimentos", e a quitação parcial do empréstimo no montante de R\$17.989 junto à referida Instituição.

### 18. FINANCIAMENTOS PESA

**Notas Explicativas**Controladora

Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras	Contrato		Final	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/17
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	5.732	5.561	171	597
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	-	-	-	102
BRADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2020	7.184	5.486	1.698	1.841
BANCO DO BRASIL -BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	8.789	5.562	3.227	3.206
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM + 3%	2022	69	-	69	63
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	10.068	8.055	2.013	2.491
BRDE 2.1105401-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2021	-	-	-	565
BRDE 10771 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	104	87	17	23
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	104	87	17	21
TOTAL				32.050	24.838	7.212	8.909

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras	Contrato		Final	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/17
BRADESCO 800001	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	-	-	-	1.699
BANCO DO BRASIL - BESC 54970024	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	10.619	6.676	3.943	4.034
BADESC 93084-100-0	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	-	-	-	117
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	17.346	14.553	2.793	3.728
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	5.198	3.271	1.927	2.021
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	7.569	4.778	2.791	2.934
TOTAL				40.732	29.278	11.454	14.533
Total Consolidado				72.782	54.116	18.665	23.441

No 3º trimestre de 2018, foram quitados os contratos nº 910380007 e nº 9308410000 junto ao BADESC (Agência do Estado de Santa Catarina S.A), e o contrato nº 80001, junto ao Bradesco.

**19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Circulante				
Salário	189	200	189	204
Rescisão	76	329	76	329
FGTS	158	594	158	599
INSS	128	115	128	125
Provisão	292	402	300	425
	843	1.640	852	1.682

**20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS – PARCELAMENTO**

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<b>Circulante</b>				
FGTS	-	326	-	326
PERT	-	52	-	49
IRRF	-	-	-	(3)
Acordo Rescisões	-	2.457	-	2.482
Salários e enc sociais RJ	4.974	-	5.085	-
	<u>4.974</u>	<u>2.835</u>	<u>5.085</u>	<u>2.854</u>
<b>Não circulante</b>				
Acordo Rescisões	-	895	-	895
	<u>-</u>	<u>895</u>	<u>-</u>	<u>895</u>

*Débitos migrados para programas de parcelamentos*

Em abril de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, a Companhia e sua controlada aderiram ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas. De acordo com as condições do “PRT”.

Nesta adesão, foi reconhecido os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, que se refere, substancialmente, à possibilidade de abatimento integral da dívida previdenciária com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa do imposto de renda.

**21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTO**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<b>Circulante</b>				
ICMS	52	52	52	52
IRPJ/CSLL	60	60	60	64
INSS	42	-	42	-
ISS/IPTU	63	112	63	112
	<u>217</u>	<u>224</u>	<u>217</u>	<u>228</u>
<b>Não circulante</b>				
ICMS	327	327	327	327
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RURAL	145	213	145	213
INSS	93	-	93	-
ISS/IPTU	-	277	-	277
	<u>565</u>	<u>817</u>	<u>565</u>	<u>817</u>

**22. PARTES RELACIONADAS**



**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Pomifrai Fruticultura S.A.	27.606	27.725	-	-
Débitos com acionistas	438	2.979	949	2.979
Mútuo com diretores	2	-	374	15
Partes Relacionadas RJ	2.994		3.045	
	<u>31.040</u>	<u>30.704</u>	<u>4.368</u>	<u>2.994</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo às operações com Partes Relacionadas decorrem, substancialmente, de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

Débitos com acionistas

Ao longo dos exercícios de 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador. Referidos débitos são atualizados com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

**23. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<b>Circulante</b>				
Arrendamentos	179	694	356	870
Processos a Pagar	16	16	16	16
Litígio CAM	760	236	760	236
Outros	1.167	1.204	1.167	1.226
Outros RJ	410	-	431	-
	<u>2.532</u>	<u>2.150</u>	<u>2.730</u>	<u>2.348</u>
<b>Não Circulante</b>				
Valores a Pagar	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	-	-	1.334	1.334
	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>	<u>8.874</u>	<u>8.874</u>

**24. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Contingências trabalhistas	136	136	140	140
Contingências cíveis	580	400	720	550
Contingências tributárias	653	653	653	653
	<u>1.369</u>	<u>1.189</u>	<u>1.513</u>	<u>1.343</u>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 31 de dezembro de 2018, existe o montante de R\$1.513mil em contingências (probabilidade de perda possível), além dos processos provisionados demonstrados.

Adicionalmente, a Companhia é parte integrante em dois processos regidos em Câmara Arbitral, cujo detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº35.

**24.1. Contingências trabalhistas**

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/17	136	140
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31/12/18	<u>136</u>	<u>140</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a controladora é parte em 23 ações trabalhistas (21 ações com probabilidade de perda possíveis e 2 remotas), acrescida de 1 ação trabalhista na controlada (1 possível).

## Notas Explicativas

### 24.2. Contingências cíveis

<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/17	400	550
Constituição	180	170
Reversões	-	-
Saldo em 31/12/18	<u>580</u>	<u>720</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a controladora é parte em 17 ações cíveis, sendo que (7 possíveis, 3 remotas, 1 provável), acrescida de 06 ações cíveis na controlada, (2 remota e 3 possíveis, 1 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$796 e R\$1.752, respectivamente.

### 24.3. Contingências tributárias

<u>Contingências Tributárias</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/17	653	653
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31/12/18	<u>653</u>	<u>653</u>

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais desta natureza.

### 24.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha à Companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão. Outras informações a respeito deste assunto constam na nota explicativa nº35.

## 25. PASSIVO A DESCOBERTO

### 25.1. Capital social (em R\$)

## Notas Explicativas

Em 29 de novembro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do §1º do Artigo 5º de seu Estatuto Social, no valor de até R\$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão para subscrição privada de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas escriturais e sem valor nominal. Até 30 de junho de 2017 foram subscritas 64.168 (sessenta e quatro mil, cento e sessenta e oito) novas ações novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,50 (Um Real e cinquenta centavos) por ação, totalizando o valor de R\$96.252,00 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais). Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R142.812.954,05 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), representado por 12.006.636 (doze milhões, seis mil, seiscentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

### 25.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006. Referida amortização foi integralmente amortizada em 2018.

### 25.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será realizada, quando aplicável, na forma da Lei nº 9.249/95.

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

## 27. PREJUÍZO BRUTO

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Venda de mercadorias	203	30.928	4.220	42.937
Venda de mercadorias - exportação	938	2.334	938	2.334
Venda de serviços	70	506	77	513
Receita bruta	1.211	33.768	5.235	45.784
Devoluções e abatimentos	-	(107)	-	(118)
Impostos	(19)	(936)	(20)	(936)
Deduções	(19)	(1.043)	(20)	(1.054)
RECEITA LÍQUIDA	1.192	32.725	5.215	44.730
Custo das mercadorias e serviços	(2.075)	(33.399)	(8.810)	(49.154)
PREJUÍZO BRUTO	(883)	(674)	(3.594)	(4.424)

A significativa redução apresentada nas rubricas do quadro acima é reflexo, principalmente, do plano de reestruturação da Companhia, que visa adequar suas operações à sua real situação econômico/financeira, bem como repactuar obrigações com seus credores, por meio do pedido de recuperação judicial comentado na nota explicativa nº1.

**28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Custos e gastos com pessoal	(1.659)	(2.794)	(1.686)	(2.967)
Consultorias, auditorias e assessorias	(216)	(597)	(219)	(598)
Despesas legais	(407)	(539)	(422)	(550)
Insumos e manutenção	(20)	(69)	(29)	(95)
Tributos federais, estaduais e municipais	(353)	(454)	(793)	(663)
Multas e Juros sobre tributos	-	(23)	-	(79)
Despesas com viagens	(180)	(262)	(183)	(262)
Serviço terceiros	(377)	(79)	(415)	(80)
Serviço terceiros advocatícios	(995)	(354)	(995)	(370)
Depreciação e amortização	(18)	(40)	(32)	(61)
Fretes e carretos	-	(88)	-	(88)
Mensalidades e anuidades	(110)	(171)	(153)	(293)
Provisão para perdas	(214)	-	(411)	-
Avisos e Publicações	-	(64)	-	(64)
Outros	(61)	(124)	(85)	(198)
	<u>(4.610)</u>	<u>(5.658)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>(6.368)</u>

**29. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Honorários advocatícios e processos CAM	-	(129)	-	(129)
Processos a Pagar	-	(95)	-	(95)
Outros	-	(3)	-	(3)
	<u>-</u>	<u>(227)</u>	<u>-</u>	<u>(227)</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readquirição do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes. Referidas despesas foram substancialmente ocorridas no período de 2015 e 2016, mantendo reflexos menores ao longo do exercício de 2017.

**30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)**

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Reversao (constituição) de provisoes com glosas	49	(114)	49	(189)
Constituição de provisao para contingencias	(180)	(217)	(170)	(185)
Recuperação de despesas	4	308	190	404
Despesas tributarias	-	(151)	-	(587)
Redução PRT (i)	-	2.425	-	3.103
Erradicacao de Pomares (ii)	-	(2.531)	-	(2.531)
Provisao processos produtores 2017/2018 (iii)	220	(4.830)	220	(4.830)
Provisão para perdas redutoras de Ativos	(729)	(265)	(2.628)	(265)
Venda/Baixa de Imobilizado	794	(2.307)	937	(3.251)
Outras	(106)	(611)	(471)	(578)
	<u>52</u>	<u>(8.293)</u>	<u>(1.873)</u>	<u>(8.909)</u>

(i). Refere-se aos efeitos de redução vinculados a adesão ao programa de parcelamento, conforme mencionado na nota explicativa n20.

(ii). Refere-se a lançamento referente a erradicação de pomares realizado no exercício anterior.

(iii) A rubrica “Provisão para processos com produtores” reflete a atualização da provisão para perdas, ocorridas nos adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos de fomento da safra. A Companhia está tomando as medidas cabíveis para recuperação dos valores pelo não cumprimento dos instrumentos Particulares de Contrato de Compra e Venda de Maçãs da Safra 2017/2018, entretanto, conservadoramente, foi constituída provisão para perdas considerada suficiente para cobrir possíveis perdas.

**31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<u>Resultado financeiro PESA</u>				
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetária e juros CTN	6.380	3.731	15.494	10.340
	<u>6.380</u>	<u>3.731</u>	<u>15.494</u>	<u>10.340</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetárias e juros PESA	(5.736)	(1.449)	(9.411)	(4.348)
	<u>(5.736)</u>	<u>(1.449)</u>	<u>(9.411)</u>	<u>(4.348)</u>
<u>Outros resultados financeiros</u>				
<u>Receitas Financeiras</u>				
Redução juros e multas PRT/Refis municipal (i)	-	1.350	-	1.681
Juros ativos	12	713	15	718
Variações cambiais ativas	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	60	248	60	249
	<u>71</u>	<u>2.311</u>	<u>75</u>	<u>2.649</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros com financiamentos	(651)	(2.591)	(2.732)	(5.191)
Juros passivos	(240)	(940)	(246)	(1.097)
Despesas descontos duplicatas	(16)	(721)	(126)	(945)
Outras despesas financeiras	(28)	(722)	(3.084)	(388)
	<u>(935)</u>	<u>(4.974)</u>	<u>(6.188)</u>	<u>(7.620)</u>
Total Liquido	<u>(220)</u>	<u>(382)</u>	<u>(30)</u>	<u>1.021</u>

**32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

**32.1 Risco cambial**



## Notas Explicativas

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados à moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

### 32.2 Risco de crédito

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

### 32.3 Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados nas notas explicativas nº 17 e 18. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

### 32.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui derivativos contratados e operações de hedge.

## 33. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

<u>Ramo</u>	<u>Cobertura por evento</u>	<u>controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Vigência</u>
Funcionários	Acidentes com DMHO	61.000	61.000	31/10/2019
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	19.450	19.450	29/09/2019
Agrícola	Granizo	2.912.256	2.912.256	31/05/2019

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

## 34. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edgar Rafael Safdie - Presidente  
 Rogerio Pereira de Oliveira  
 Doris Beatriz França Wilhelm  
 Gelmir Antonio Bahr

## Notas Explicativas

### 35. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), na data de 29/10/2015

O pleito da Companhia era: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

O Processo foi encerrado dia 19 de dezembro de 2018. A despeito do disposto nos artigos 30 e 109, § 1º, da Lei nº 6.404/76, bem como nas Instruções CVM nº 10/1980 e 390/2003, a Câmara de Arbitragem do Mercado considerou válida a garantia de preço mínimo estabelecida no Acordo de Incorporação celebrado em dezembro de 2009 pela administração à época. Com isso, apenas 2 acionistas foram beneficiados em detrimento de todos os demais, já que a garantia de preço mínimo funciona como uma "opção de venda" outorgada a tais acionistas contra a Companhia (em violação à legislação em vigor).

### 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas informações financeiras intermediárias, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Empresa, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

(\*\*\*)

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Fraiburgo - SC

#### ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### BASE PARA ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

Plano de recuperação judicial – ajustes contábeis e outros aspectos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 25 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com pedido de Recuperação Judicial, deferido pela Justiça do Estado de Santa Catarina no mesmo dia, cujo Plano de Recuperação Judicial foi entregue pela Companhia às autoridades competentes no dia 2 de maio de 2018. Conforme informações obtidas junto à administração e seus assessores jurídicos, a assembleia de credores está prevista para ocorrer em abril de 2019. Em decorrência desse assunto, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, caso as demonstrações financeiras não fossem preparadas considerando esse pressuposto, uma vez que, diversos ativos e passivos da Companhia podem ser alterados em decorrência dos desfechos finais deste assunto. Adicionalmente, em decorrência do processo de reconciliação de seus ativos e passivos, a Companhia realizou determinados Ajustes Contábeis em Contas de Retificação de Exercícios Anteriores (no passivo a descoberto), Imobilizado, Adiantamento a produtores, Obrigações trabalhistas, Contingências (ajustes que não foram devidamente corroborados com as respostas de circularização), Financiamentos bancários (o qual não obtivemos a totalidade dos extratos e respostas às nossas cartas de circularização), Fornecedores a pagar e Tributos diferidos sobre Reavaliação/Reserva de reavaliação e no Patrimônio líquido, os quais não puderam ser devidamente corroborados em nossos exames, uma vez que, o referido plano ainda não encontra-se devidamente aprovado. Dessa forma, não foi possível determinar a correta mensuração desses ativos, passivos e patrimônio líquido.

#### BASE PARA ABSTENÇÃO DE OPINIÃO (CONTINUAÇÃO)

Tributação de PIS e COFINS sobre receitas financeiras vinculadas a CTNs

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 31, a Companhia e sua controlada auferem receitas financeiras oriundas dos títulos públicos CTN - Certificados do Tesouro Nacional, que estão atrelados ao programa PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos, o qual a Companhia aderiu em exercícios anteriores para renegociação de dívidas originárias de crédito rural público. No entendimento da Companhia referidas receitas financeiras não constituem base de tributação para o PIS e COFINS, uma vez que a propriedade desses títulos não é da Companhia e de sua controlada. Sendo assim, a Companhia e sua controlada deixaram de reconhecer os passivos tributários correspondentes a referidas receitas. Todavia, até o término de nossos exames, a Companhia não nos disponibilizou um parecer jurídico formal para suportar seu entendimento, assim como, não apurou os eventuais impactos tributários decorrentes da adoção deste procedimento. Dessa forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto aos possíveis impactos, caso haja, que a ausência de tributação desta operação causaria nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

Novos normativos contábeis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não está divulgando em suas demonstrações financeiras nota explicativa mencionado os impactos de adoção de novos normativos contábeis, assim como não apurou, e não está divulgando nessas demonstrações financeiras o impacto da IFRS 16/CPC 06 (R2) – “Arrendamento Mercantil”, vigente a partir de 2019. Com base nos referidos normativos os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Dessa forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto a correta apresentação deste assunto, bem como quanto aos possíveis impactos que a adoção desta norma terá nas demonstrações financeiras subsequentes da Companhia.

ÊNFASES

Reclassificação de débitos vinculados ao pedido de recuperação judicial

Conforme mencionado nota explicativa nº 3.2, a Companhia realizou a reclassificação dos débitos vinculados ao seu pedido de Recuperação Judicial visando demonstra-los em seu balanço patrimonial de forma segregada aos demais passivos da Companhia. Dessa forma, a apresentação destas demonstrações financeiras deve ser lida considerando o contexto de referidas reclassificações que não existiam no exercício comparativo de 31 de dezembro de 2017.

Homologação de programa de parcelamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, no 3º trimestre de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas com base na Instrução Normativa nº 1.687/17. Na adesão a este programa, a Companhia reconheceu, de forma antecipada, os benefícios previstos em lei liquidando referidos débitos com a utilização de prejuízos fiscais. Entretanto, até o presente momento, os débitos consolidados pela Companhia não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados para avaliar também as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Para a emissão do nosso relatório, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 20 de março de 2018, continha parágrafos de “Incerteza relevante relacionado com a continuidade operacional”, além parágrafo de ênfase referente à homologação de programa de parcelamento, também presente neste relatório. Adicionalmente, em 13 de outubro de 2018, emitimos Relatório de Revisão quanto as Informações Financeiras Trimestrais de 30 de setembro de 2018 com as seguintes qualificações:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 20 de março de 2018, continha parágrafos de “Incerteza relevante relacionado com a continuidade operacional”, além parágrafo de ênfase referente à homologação de programa de parcelamento, também presente neste relatório. Adicionalmente, em 13 de outubro de 2018, emitimos Relatório de Revisão quanto as Informações Financeiras Trimestrais de 30 de setembro de 2018 com as seguintes qualificações:

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada - Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Fraiburgo, 28 de março de 2019.

Ricardo José Patine Filho

Sócio Diretor

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

POMI FRUTAS S.A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

CNPJ Nº 86.550.951/0001-50

NIRE Nº 42.300.010.456

FRAIBURGO – SANTA CATARINA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas.

Composição da Diretoria

Marcos Kassardjian

Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

POMI FRUTAS S.A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

CNPJ Nº 86.550.951/0001-50

NIRE Nº 42.300.010.456

FRAIBURGO – SANTA CATARINA

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Senhores Acionistas,

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas.

Marcos Kassardjian                      Diretor

Miranda Joana Comerlatto                      Contadora / CRC 026972/O-0